

METODOLOGIAS DE ENSINO PARA EDUCANDOS (AS) SURDOS (AS): A PERSPECTIVA DA DIDÁTICA CULTURAL SURDA

Érica Ferreira Melo¹
Eduardo Borges Goulart Neto²

¹Centro de Línguas da UFJ/ melo.ericafferreira@gmail.com

²Secretaria Municipal de Educação de Jataí/ edugoulartn@gmail.com

Resumo:

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar e discutir sobre as propostas metodológicas da didática cultural dos surdos, capazes de valorizar as especificidades linguísticas, pedagógicas, sociais e políticas dos surdos, reconhecendo-os como protagonistas do processo de ensino-aprendizagem das instituições de ensino que eles fazem parte. Ressaltamos que o ensino da didática cultural dos surdos, não irá defini-los como um deficiente ou como incompleto, mas como diferente, um sujeito que irá viver e atuar no mundo por meio de suas experiências visuais. Ao propor uma didática cultural surda, torna-se necessário em um primeiro momento discutir sobre quem são os surdos, sobre as suas especificidades, como reconhecê-los, como sujeitos com cultura(s) própria(s), com trajetória histórica, geralmente, marcada pela exclusão e a imposição da cultura dominante ouvinte e, com uma língua visuoespacial. A partir destes aspectos, ressaltamos o surdo como sujeito histórico, cultural e com uma língua própria, no caso específico do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Assim, ancorados nos pressupostos da pesquisa qualitativa, realizamos essa pesquisa. A partir das reflexões em torno da temática referida reafirmamos a importância e a necessidade do desenvolvimento de uma didática cultural surda para os alunos surdos.

Palavras-chave: Didática cultural surda. Libras. Surdos.

Introdução

A didática consiste em uma das áreas da pedagogia que se traduz em fundamentos, caminhos e condições de realizar o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Penin (2002), a concepção de didática pressupõe uma concepção de sociedade, de escola e de ser humano, por isso está em constante transformação. Mesmo com as mudanças em torno de uma didática cada vez mais crítica e transformadora, na maioria das vezes, ela se desenvolve por meio de métodos orais, que visam a recuperação da audição e da fala, ou ainda compreende os surdos como deficientes (PERLIN e REZENDE, 2011). Por estes motivos, acompanhamos no decorrer da história da educação escolar no Brasil, uma sucessão de metodologias inadequadas para com os educandos surdos, os quais, em sua grande maioria concluem o ensino médio com dificuldades na leitura, na escrita e em vários outros conteúdos escolares. Assim, o presente estudo possui o intuito de problematizar os caminhos

metodológicos para o ensino das pessoas surdas, ressaltando a necessidade de que sejam adotadas pelas escolas metodologias de ensino que valorizem a cultura surda.

Por esta via, o ensino da didática cultural dos surdos, não irá defini-los como um deficiente ou como incompleto, mas como diferente, um sujeito que irá viver e atuar no mundo por meio de suas experiências visuais (PERLIN e REZENDE, 2011). Além disto, este ensino questiona a superioridade da cultura ouvinte e da fala, bem como as práticas normatizadoras aplicadas aos surdos, com a finalidade de que estes se comportem e sejam avaliados como os ouvintes em uma sala de aula. Desta forma o presente trabalho se justifica por auxiliar na compreensão de que a educação escolar reconheça os surdos como protagonistas de seu próprio processo de ensino-aprendizagem por meio da didática cultural surda. Isto é, ao pesquisarmos sobre as opções metodológicas presentes em uma didática cultural surda esperamos contribuir para que os professores possam escolher caminhos e que consequentemente estes caminhos acarretem em um ensino educacional de qualidade para os surdos. Ressaltamos também que se trata de um tema pouco explorado no meio acadêmico.

A partir da justificativa apresentada, as questões que nortearam toda esta pesquisa consistiram em: os caminhos metodológicos existentes nas escolas valorizam a cultura dos surdos? Existe a possibilidade de uma didática cultural surda delinear todo o processo de ensino e aprendizagem das pessoas surdas? Quais são as opções metodológicas presentes numa didática cultural surda?

Nesta perspectiva, o objetivo desse artigo consiste em apresentar e discutir sobre as propostas metodológicas da didática cultural dos surdos, capazes de valorizar as especificidades linguísticas, pedagógicas, sociais e políticas dos surdos, reconhecendo-os como protagonistas do processo de ensino-aprendizagem das instituições de ensino que eles fazem parte. De forma específica buscamos: Salientar as especificidades históricas, culturais e linguísticas dos sujeitos surdos; levantar as orientações e diretrizes da didática cultural dos surdos, apresentando os possíveis caminhos metodológicos na condução de um plano de aula, na perspectiva da didática cultural surda.

Para alcançar estes objetivos esta pesquisa ancora-se nos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa. A referida abordagem de pesquisa, segundo Minayo (1993) se compromete com a realidade, as relações humanas e os significados

presentes no contexto da pesquisa. Assim, o universo da pesquisa qualitativa propõe descrever de forma profunda e detalhada a complexidade das relações humanas, conforme salientam Marconi e Lakatos (2011, p. 269) “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. A modalidade da pesquisa escolhida para compreender melhor o fenômeno a ser explorado consistiu na pesquisa bibliográfica, que se baseia em materiais que já foram produzidos por outros autores, tais como livros, artigos, dentre outros (GIL, 2010). Deste modo, a partir do material já publicado, selecionamos como instrumentos de coleta de dados as obras de Perlin e Rezende (2011), Strobel (2009), dentre outros que investigaram as temáticas relacionadas à educação escolar dos surdos, bem como a didática cultural surda.

Assim organizamos este texto da seguinte forma: primeiramente discorreremos de forma breve sobre o reconhecimento do surdo enquanto sujeito histórico, sujeito cultural e que possui a sua própria língua. Em seguida salientaremos a partir do contexto da didática cultural alguns possíveis caminhos metodológicos para o ensino dos surdos.

O sujeito surdo: peculiaridades históricas, culturais e linguísticas

Ao propor uma didática cultural surda, torna-se necessário em um primeiro momento discutir sobre quem são os surdos, sobre as suas especificidades, como reconhecê-los, como sujeitos com cultura (s) própria (s), com trajetória histórica, geralmente, marcada pela exclusão e a imposição da cultura dominante ouvinte e, com uma língua visuoespacial. A partir destes aspectos, ressaltamos o surdo como sujeito histórico, cultural e com uma língua própria, no caso específico do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No que diz respeito a história dos surdos, conforme afirma Strobel (2009), esta geralmente foi produzida e contada pelos ouvintes, em poucos momentos pelos próprios surdos. Além disto, a autora ressalta que o marco inicial da história da educação escolar dos surdos, está relacionada ao reconhecimento do trabalho de professores ouvintes com os surdos.

Torna-se importante ressaltar que a história dos surdos tanto educacional quanto social é marcada por grande exclusão, imposição para que estes falassem e se comportassem

como ouvintes, pela atuação da medicina na tentativa de que a surdez fosse curada. Trata-se de uma história caracterizada pela inferioridade, opressão dos ouvintes para com os surdos, uma vez que durante muitos anos as pessoas surdas eram consideradas como loucas, enfermas e em algumas circunstâncias como seres castigados pelos deuses (STROBEL, 2009).

No caso específico do Brasil, como em outras partes do mundo a história social dos surdos se confunde com a educacional, os registros destes em documentos oficiais se iniciam concomitante ao início dos trabalhos de ensino dos surdos. De acordo com Strobel (2009), a educação dos surdos no Brasil, registrada em documentos oficiais possui um marco com a chegada do professor francês e surdo Eduard Huet, a convite do então Imperador do Brasil, Dom Pedro II, no ano de 1855, assim foi fundado nos anos posteriores a primeira escola para educação de surdos, na cidade do Estado do Rio de Janeiro, na época chamado de “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (IISM)”, atualmente chamado de “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (INES), que se localiza no mesmo prédio de sua fundação. Ainda para a autora, o professor surdo Huet seguia na escola a metodologia de ensino que se desenvolvia por meio da combinação da língua de sinais e ensino da fala, em regime de internato (STROBEL, 2009).

Entretanto, a população carioca não tinha total credibilidade quanto o desenvolvimento do referido instituto. Conforme salienta Rocha (1997) a população, geralmente, não atribuía reconhecimento dos surdos como cidadãos, não reconhecia assim nem a escola destes, muito menos o responsável desta escola.

Outro fato que marcou a história social e educacional dos surdos consiste na imposição do oralismo mundialmente, ocasionado durante o Congresso de Milão (1880, Itália). Deste modo, durante o congresso foi decidido que os surdos não poderiam se comunicar, nem ser ensinados por meio da língua de Sinais, mais sim por meio do oralismo, o qual consiste na imposição da língua oral, ou seja no treinamento da fala (STROBEL, 2009). O Brasil passou a impor o oralismo como metodologia de ensino, em 1911, de acordo com Gesser (2009), os métodos oralistas de ensino e comunicação eram impostos em várias partes do mundo e no Brasil, não foi diferente, tal acontecimento consistia em mais uma ação que supervalorizava a fala em detrimento da língua de sinais.

Mesmo com toda a imposição da fala, ressaltamos que a história dos surdos também é

marcada pela resistência, pela luta do reconhecimento de sua língua, a qual não morreu: “[...] a língua de sinais, diferentemente da maioria das línguas minoritárias, não morreu e não morrerá porque, enquanto tivermos dois surdos compartilhando o mesmo espaço físico, haverá sinais” (GESSER, 2009, p. 26).

A resistência e a luta que marcam a história dos surdos em nosso país podem ser concretizadas por várias conquistas, dentre as quais podemos ressaltar a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), que busca a consolidação dos direitos dos surdos; o desenvolvimento da graduação em Letras/Libras, atualmente, presente em várias regiões do país; o reconhecimento legal da Libras enquanto língua oficial dos surdos, dentre várias outras conquistas.

O surdo enquanto um sujeito cultural corresponde as suas peculiaridades de sentir e viver no mundo. Dessa forma, de acordo com Strobel (2008) a cultura surda trata-se da maneira que as pessoas surdas se organizam para viver no mundo adaptando-o a partir das suas necessidades e especificidades visuais. Isto é, consiste nos códigos próprios dos surdos, suas maneiras de comunicação, de seus modos de organização, de juízos de valor, de modo que estes se auto reconhecem e referenciam como participantes desta cultura, independentemente de sua raça ou nação (LIMEIRA de SÁ, 2002).

Por esta via, quando falamos em cultura surda, não ponderamos a mesma no singular, mas sim, no plural, respeitando a diversidade imbricada na mesma, os sujeitos surdos também são mulheres, negros, indígenas, imigrantes, cadeirantes, homoafetivos, oralizados, são também sujeitos que vivem em lares ouvintes ou não ouvintes, podem ter ou não ter o conhecimento da língua de sinais, viver em lares do campo, dentre outros, mostrando assim que os surdos também são diversos e a sua vez únicos (LIMEIRA de SÁ, 2002).

Limeira de Sá (2002) afirma que muitas pessoas ainda têm dificuldade de aceitar a existência da cultura surda e conseqüentemente, tratam os surdos como uma anomalia incapaz de construir processos e produtos sociais. Há a necessidade de proclamar o surdo como sujeito social e cultural, de compreender a surdez como uma diferença e não como uma deficiência. Trata-se em reconhecer a existência da referida cultura, o que não quer dizer que esta deve ser destacada como superior que a cultura ouvinte, mas sim diferente (LIMEIRA de SÁ, 2002).

Dessa forma, ao compreender os surdos como sujeitos e a surdez como diferença, reconhecemos também as especificidades linguísticas destes que possuem a sua própria língua, no caso específico do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras): “As línguas de sinais são visuais-espaciais captando as experiências visuais das pessoas surdas. [...] A língua brasileira de sinais é a língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras” (QUADROS, 2004, p. 8). A Libras é reconhecida como língua das pessoas surdas do Brasil, por meio da Lei nº 10.436, de 2002, que reconhecendo-a como um sistema linguístico e gramatical visuoespacial, diferente da língua portuguesa, ou de outras línguas faladas que são orais-auditivas (BRASIL, 2002). A referida Lei é regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 2005, que traz várias especificações detalhadas dos desdobramentos da difusão da Libras em todo o país, tais como: Da inclusão da libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores; A formação do professor, do instrutor de libras e do tradutor-intérprete de Libras; O acesso à comunicação das pessoas surdas a educação por meio da Libras e da língua portuguesa; Da garantia do direito à educação das pessoas surdas e o direito à saúde das pessoas surdas (BRASIL, 2005).

De acordo com Gesser (2009) a Libras não consiste em uma versão sinalizada da língua portuguesa, pois, possui uma estrutura gramatical própria das línguas de sinais que conta com os mesmos níveis de análise linguística, como por exemplo: a fonologia, semântica, morfológica, sintaxe. A autora salienta que ela não é a mesma em todos os países, que não é artificial, muito menos uma mímica, que apesar de sinais icônicos e o alfabeto manual fazerem parte da Libras, ela não se resume aos mesmos. Além destas questões ainda para a autora é possível expressar conceitos abstratos, sentimentos, discutir sobre filosofia, direito, fazer poesia, dentre outras por meio da Libras, uma vez que diferente do que muitas pessoas pensam, ela não é uma língua limitada, mas sim uma língua viva e em movimento.

O reconhecimento da Libras, mesmo sendo tardio e oriundo de muitas lutas dos surdos organizados em movimentos sociais começou a legitimar não só a Libras, mas também os surdos em todo o país. Deste modo, a partir da compreensão dos surdos como sujeitos sociais, históricos, com cultura ou culturas próprias, que se comunicam por meio da Libras, direcionamos nossas discussões para a necessidade de que os professores das instituições de

ensino que trabalham com educandos surdos possam realizar as suas aulas pautadas na didática cultural surda.

Didática cultural surda: caminhos metodológicos

As relações peculiares presentes nas socializações dos surdos expõem a necessidade de compreendê-los enquanto sujeitos com sua própria cultura, que se organizam por meio de suas experiências visuais, gestuais, e ressaltam uma nova forma de viver e participar do mundo, diferentemente, da forma hegemônica oral e auditiva (STROBEL, 2008). Nesse sentido, é de extrema importância que a educação escolar não seja negada aos sujeitos surdos, mas que além de ser ofertada a eles, seja capaz de valorizá-los, e de se configurar por meio da cultura destes, com uma didática cultural surda.

Assim, de acordo com Perlin e Rezende (2011), a didática surda não pretende desconstruir o conhecimento humano, ela critica os processos de ensino-aprendizagem que remete ao ensino apenas da cultura ouvinte. Para as autoras, tal ato requer planejar de forma diferente, como uma transgressão pedagógica, isto é, mudar as normas, as metodologias de ensino tradicional que visam as formas dominantes, mas, fazer de um jeito surdo, capaz de valorizar a cultura e a identidade surda, capaz de valorizar também a compreensão da vida, sem modificar os surdos, deixando-os ser o que são. Assim, o Decreto nº 5.625 possibilita algumas mudanças na organização das instituições de ensino, ao dispor que as instituições de ensino devem garantir às pessoas surdas que eles participem da comunicação mediada por meio da Libras, bem como, garantir profissionais que auxiliem nesta mediação (BRASIL, 2005).

A referida lei, não exige fluência em Libras do professor regente para trabalhar em salas de aula regulares com a presença de alunos surdos, entretanto, recomenda que este tenha conhecimento em torno das especificidades linguísticas dos surdos e conseqüentemente, as formas como estes se comunicam e sentem o mundo (SILVA, 2017). O autor, alerta ainda que a fluência será exigida apenas dos profissionais que atuarão em escolas exclusivas para surdos. Já em relação a língua portuguesa, ela deve ser encarada para os povos surdos como uma segunda língua em sua modalidade escrita, sendo a Libras a primeira língua dos surdos,

ou seja, sua língua materna (BRASIL, 2005).

Dessa forma, compreendemos que a didática surda pode se aproximar da cultura dos surdos e das suas especificidades linguísticas. Perlin e Rezende (2011) consideram que a didática surda não precisa ser apenas do professor surdo, mas sim dos professores que tenham em suas salas de aula alunos surdos. As autoras ressaltam que esta didática utiliza elementos que possibilitam que estes ajam de forma autônoma, que sejam capazes de construir seu conhecimento, sem a necessidade de práticas normatizadoras.

Perlin e Rezende (2011) utilizam como exemplo da didática cultural surda o trabalho do professor surdo Huet ainda no século XIX quando foi inaugurada a primeira escola para alunos surdos do país. Huet os compreendia como sujeitos capazes de construir o seu próprio conhecimento, como alunos diferentes e não deficientes. O fato de ser um professor surdo, provavelmente possibilitou a interação com educandos surdos, uma vez que o: “[...] O professor surdo se serve de mecanismos e critérios seletivos onde interage com o sujeito surdo no sentido deste se posicionar criticamente face ao sujeito não surdo, bem como diante de todo o conhecimento legado pela humanidade” (PERLIN E REZENDE, 2011, p.36). Isto é o professor surdo ao participar da mesma cultura encontra estratégias para que o conhecimento chegue até o educando também surdo.

Todavia, ressaltamos que os professores ouvintes, também podem organizar o ensino em sua sala de aula pautado na didática surda, desde que compreenda e traga elementos da cultura surda nas diferentes etapas do seu trabalho pedagógico: planejamento, objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação da aprendizagem. Ressaltamos que estas adaptações do professor precisam estar em consonância com a organização curricular da escola, ou seja, a cultura surda deve ser valorizada no currículo da escola e no trabalho desenvolvido em sala de aula pelo professor.

O planejamento do trabalho docente é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação do professor, trata-se de um plano do professor que atua como um guia de orientação devendo este possuir uma ordem sequencial, objetividade e coerência entre os objetivos gerais e específicos, sendo também flexível (LIBÂNEO, 1994). Quanto ao planejamento, de acordo com Perlin e Rezende (2011) este necessita ser usado como uma estratégia de contestação da dominação da cultura da fala e a favor das lutas pela cultura

surda. “Se o mundo dos ouvintes tem a TV que privilegia a comunicação oral, o surdo vai insistir que a comunicação seja visual, vai lutar por insistir na legenda” (PERLIN E REZENDE, 2011, p.36). Assim, o planejamento do trabalho do professor em sala de aula precisa desconstruir o abandono e a anormalidade que sempre fizeram parte das compreensões em torno do surdo, para privilegiar a comunicação visual, a escrita objetiva, uma vez, que o surdo possui muita dificuldade na compreensão da língua portuguesa, a qual é imposta a ele sem nenhuma contextualização com a sua vida e formas de ver o mundo.

Planejar seria então, conforme enfatiza Perlin e Rezende (2011) um momento em que o professor pode pesquisar a partir das necessidades e dificuldades de cada aluno, colocando-os como protagonistas e não como uma folha de papel em branco. Dessa forma, o planejamento pautado na didática cultural surda não se relaciona com as abordagens do ensino tradicional, que tem o professor como detentor do conhecimento, mas se relaciona com as abordagens que trazem o professor como mediador do conhecimento.

Quanto aos objetivos, eles são o ponto de partida, as premissas gerais do trabalho pedagógico, representam as exigências da sociedade em relação a escola, ao ensino, aos alunos (LIBÂNEO, 1994). Assim, os objetivos na didática cultural surda devem problematizar a ideia de que os surdos são inferiores aos ouvintes, colocando-os como participantes no desenvolvimento social, uma vez que Libâneo (1994) enfatiza que a elaboração dos objetivos pressupõe, da parte do professor, uma avaliação crítica das referências que utiliza, balizada pelas suas opções em face dos determinantes sócio-políticos da prática educativa.

Em relação aos conteúdos, eles são organizados em matérias de ensino e originados por meio da relação objetivos-conteúdos-métodos, estes, devem ser escolhidos pelos próprios professores (LIBÂNEO, 1994). Entretanto, de acordo com o autor, torna-se necessário abandonar a prática escolar atual onde a escolha de conteúdos privilegia e é realizada, geralmente pela classe elitista, ou seja, a classe que detém os meios de produção.

Tal situação também é compartilhada por Perlin e Rezende (2011) que também ressaltam a importância de que os próprios professores possam escolher os conteúdos que serão trabalhados em sala de aula, além disso, elas afirmam que a escolha de conteúdo na didática cultural surda, precisa ressaltar temas e narrativas que sejam capazes de valorizar o

surdo como sujeito cultural, como protagonistas, tais como: “Cultura Surda, Identidades Surdas, Escrita de Língua de Sinais, Significados da normalidade/anormalidade, Literatura Surda, Políticas Educacionais de Surdos, História Cultural de Surdos, Dia do Surdo, Índios Surdos, Crianças Surdas (PERLIN E REZENDE, 2011, p.40-41)”. De acordo com as autoras são conteúdos que ajudam a desconstruir as formas excludentes que os surdos foram tratados no decorrer da história.

As metodologias de ensino são as ações, as atividades, os caminhos utilizados pelo professor em sala de aula, para alcançarem os objetivos (LIBÂNEO, 1994). Desse modo, na didática cultural surda os caminhos metodológicos não podem se basear em métodos orais, precisam explorar a linguagem visual, tais como: charges, quadros, fotografias diagramas ou quadros informacionais. Enfim, o professor pode explorar a linguagem não verbal, sempre valorizando o sujeito surdo como sujeito cultural, com práticas capazes de construir o seu próprio conhecimento.

Já a avaliação consiste em uma parte importante do processo de ensino e aprendizagem, que objetiva avaliá-lo e precisa estar alinhada com os objetivos-conteúdos-métodos desenvolvidos no decorrer das aulas (LIBÂNEO, 1994). No caso da didática cultural surda, a avaliação não pode servir como um comparativo entre surdos e ouvintes, mas como um instrumento que conectado com as outras etapas do trabalho docente, seja capaz de verificar o desenvolvimento individual de cada aluno e oferecer subsídios para contribuir qualitativamente com o trabalho do professor de forma contínua.

Considerações finais

Com o objetivo de apresentar e discutir sobre as propostas metodológicas da didática cultural dos surdos, capaz de valorizar as especificidades linguísticas, pedagógicas, sociais e políticas dos surdos, este trabalho apresentou de forma breve sobre o reconhecimento do surdo enquanto sujeito histórico, sujeito cultural e que possui a sua própria língua; bem como discutiu a partir do contexto da didática cultural alguns possíveis caminhos metodológicos para o ensino dos surdos.

Deste modo, ao reconhecer o surdo como sujeito histórico, cultural e com

especificidades linguísticas ponderamos sobre a repressão e a imposição da fala que os surdos sofreram no decorrer da sua história social, entretanto, também ponderamos a resistência e a luta dos surdos pela valorização de sua própria (s) cultura (s) e língua, no caso do Brasil, a Libras reconhecida por meio da legislação como a segunda língua oficial das comunidades surdas do país.

Por essa via, compreendemos que o surdo não pode ter um ensino pautado nas mesmas atribuições da didática dos ouvintes, torna-se necessário que o professor, surdo ou ouvinte desenvolva as etapas de seu trabalho docente (planejamento, objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação da aprendizagem) pautadas em uma didática que seja capaz de valorizar a cultura surda, ou seja uma didática cultural surda. Assim, Perlin e Rezende, 2011, ressaltam que não se trata em desconsiderar todo o conhecimento humano, mas de trazer o surdo como parte dele.

Dessa forma, a partir de nossas reflexões teóricas reafirmamos a importância e a necessidade do desenvolvimento de uma didática cultural surda para os alunos surdos. Além disso gostaríamos de compartilhar algumas estratégias e sugestões docentes que podem contribuir para melhorar qualitativamente o ensino dos surdos: o aluno surdo, geralmente, frequenta as aulas e conta com o trabalho de um intérprete, que realiza a interpretação da língua portuguesa para a Libras e/ou vice versa, assim é importante que o professor ao falar com o aluno surdo dirija o olhar para ele, isso faz com que este se sinta parte da turma; é de extrema importância que ao introduzir algum conteúdo, o professor possa trazer exemplos capazes de contextualizá-los com a realidade dos alunos, no caso específico do surdo, que traga elementos de sua cultura e organização social; é importante que o professor evite ditados orais, bem como falar e escrever ao mesmo tempo, pois o surdo precisa prestar atenção no intérprete, no professor, copiar e responder, diferentemente, dos alunos ouvintes; o aspecto linguístico consiste em um dos gargalos no ensino dos surdos, de modo que pelo fato de, geralmente não ter fluência na língua portuguesa, o surdo escreve na gramática da Libras, assim, torna-se necessário que o professor tenha um conhecimento básico acerca da referida gramática.

Estas são algumas possibilidades que a presente pesquisa apontou. Isto é, trata-se de sugestões que não são capazes de resolver todas as problemáticas dos surdos ou se traduzirem

em um ensino de qualidade para os surdos, mas podem significar em um ponto de partida para que a didática cultural surda se efetive nas instituições de ensino.

Referências

- BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2002.
- GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994
- LIMEIRA de SÁ, N. R. **Cultura, Poder e Educação dos Surdos**. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- PENIN, S. T. S. Didática e cultura: o ensino comprometido com o social e a contemporaneidade. In: Castro, A. D.; Carvalho, A. P. (orgs). **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e Média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 33-52.
- PERLIN, G. T. T.; REZENDE, P. L. F. **Didática e educação de Surdos**. Florianópolis: Curso de letras-libras UFSC/CCE. 2011
- QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2004
- ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. Rio de Janeiro: INES, 1997.
- SILVA, Thábio. de Almeida. **A disciplina de Libras na formação de professores**. 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação para ciências e matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Jataí, 2017.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

STROBEL, K. L. **História da educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.